



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Analista Judiciário II

Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Oficial de Justiça Avaliador e Leiloeiro

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se este caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - marcar na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente depois de decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal de sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar a folha de respostas, será eliminado do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **11/06/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **12/06/2013** até as 23h59min do dia **13/06/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjam13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Muito além do ridículo (fragmento)

“Certa vez, ante o espanto da opinião pública com a violência de uma rebelião de presos, o memorável jurista Evandro Lins e Silva saiu-se com esta: espantoso, mesmo, é que os detentos enjaulados em condições subumanas não estejam realizando mais motins pelo país afora.

Lins era um humanista por excelência e sempre achou equivocada a política penitenciária. Não havia ironia no que disse. Com mais de 500 mil presos, o sistema atual tem capacidade para receber pouco mais de 300 mil. O que sobra fica amontoado em celas fétidas, sujeito à disseminação de doenças e, o que é pior, a mais violência. Como é possível imaginar que um ser humano se adapte a tais condições?

Do outro lado dos muros das prisões, uma sociedade acuada pela escalada da violência urbana prefere imaginar que lugar de bandido é na cadeia, deixando o Estado à vontade para varrer a sujeira tapete abaixo. Construir presídios e dar tratamento digno ao preso não rendem votos. Punir, sim.

Daí porque se discute tanto um novo Código Penal, como se fossem frouxas as 117 leis penais especiais e os 1.170 crimes tipificados de que dispomos. Inclusive trazendo de volta a ideia da maioria penal, que na prática significa transformar menino em delinquente e sujeitá-lo à crueldade das prisões. Nada mais autoritário. O que a juventude precisa é de amparo, de oportunidade, de educação, e não de medidas que visem a puni-la.

A sociedade não pode virar as costas ao drama dos presídios”.

(Marcus Vinicius Furtado)

01

“...o memorável jurista Evandro Lins e Silva saiu-se com esta: ...”; o emprego da forma do demonstrativo sublinhada

- (A) mostra equívoco do autor do texto, pois a forma correta seria “essa”.
- (B) indica que o seu referente será enunciado a seguir.
- (C) demonstra que o referente do pronome já foi enunciado.
- (D) destaca que o fato ocorrido ocorreu no tempo presente.
- (E) informa que o referente tem significado humorístico ou irônico.

02

Assinale a alternativa que apresenta a posição do jurista citado no primeiro parágrafo do texto.

- (A) Defende a violência em certas situações sociais.
- (B) Valida o espanto da opinião pública ante a violência nos motins.
- (C) Contraria a reação da opinião pública, explicando sua posição.
- (D) Confirma a tese de que os presos não se recuperam no atual sistema.
- (E) Critica as penas exageradamente altas para prisioneiros de pouca periculosidade.

03

Ao citar o jurista Evandro Lins e Silva, o autor do texto

- (A) pretende dar valor à opinião emitida por ele.
- (B) tenta mostrar um argumento oposto ao seu.
- (C) indica a necessidade de criar interesse pela leitura do texto.
- (D) mostra a preocupação de ser juridicamente perfeito.
- (E) demonstra a necessidade de textos informativos apoiarem-se em fatos.

04

“...espantoso, mesmo, é que os detentos enjaulados...”.

O vocábulo “mesmo” foi colocado entre vírgulas com a intenção de

- (A) confirmar um dado anterior.
- (B) indicar uma dúvida na enunciação.
- (C) intensificar o valor do adjetivo “espantoso”.
- (D) ironizar a situação dos presos.
- (E) apoiar a reação da opinião pública.

05

Assinale a alternativa que mostra dois adjetivos de valor subjetivo.

- (A) Opinião pública / memorável jurista
- (B) Memorável jurista / detentos enjaulados
- (C) Detentos enjaulados / condições subumanas
- (D) Condições subumanas / memorável jurista
- (E) Opinião pública / detentos enjaulados

06

“O que sobra fica amontoado em celas fétidas, sujeito à disseminação de doenças e, o que é pior, a mais violência. Como é possível imaginar que um ser humano se adapte a tais condições?”.

Esse segmento do segundo parágrafo do texto mostra

- (A) um questionamento dirigido aos presos do sistema carcerário.
- (B) o posicionamento crítico de Evandro Lins e Silva.
- (C) uma explicação da “ironia” citada anteriormente.
- (D) a posição de um jurista apoiada pelo autor do texto.
- (E) a visão do autor do texto em face da política penitenciária.

07

“Lins era um humanista por excelência e sempre achou equivocada a política penitenciária. Não havia ironia no que disse. Com mais de 500 mil presos, o sistema atual tem capacidade para receber pouco mais de 300 mil. O que sobra fica amontoado em celas fétidas, sujeito à disseminação de doenças e, o que é pior, a mais violência”.

Assinale a alternativa em que o vocábulo sublinhado tem seu sinônimo ou explicação indicada de forma **equivocada**.

- (A) humanista / pessoa que se preocupa fundamentalmente com os valores humanos.
- (B) por excelência / de extrema qualidade.
- (C) ironia / zombaria, sarcasmo.
- (D) fétidas / que exalam mau cheiro.
- (E) disseminação / ato ou efeito de propagar.

08

A pergunta final do segundo parágrafo

- (A) dirige-se prioritariamente aos juristas e legisladores.
- (B) volta-se para os políticos e autoridades de nível federal.
- (C) não supõe qualquer tipo de resposta.
- (D) é encaminhada especificamente ao leitor do texto.
- (E) questiona diretamente os diretores de presídios.

09

Ao dizer que o Estado fica livre “para varrer a sujeira tapete abaixo”, o autor do texto critica, nas autoridades do Estado

- (A) a impunidade.
- (B) a hipocrisia.
- (C) a insensibilidade.
- (D) a crueldade.
- (E) a negligência.

10

A frase “varrer a sujeira tapete abaixo” está mal formulada. Assinale a alternativa que apresenta a frase adequada.

- (A) Varrer a sujeira para debaixo do tapete.
- (B) Varrer a sujeira tapete embaixo.
- (C) Varrer abaixo a sujeira do tapete.
- (D) Varrer embaixo a sujeira do tapete.
- (E) Varrer para baixo a sujeira do tapete.

11

“Construir presídios e dar tratamento digno ao preso não rendem votos. Punir, sim”.

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a alternativa que apresenta o comentário **incorreto**.

- (A) “presídios” e “preso” pertencem à mesma família de palavras.
- (B) “construir presídios” se opõe semanticamente a “punir”.
- (C) O “sim” está no lugar de “rende votos”.
- (D) Entre os dois períodos que compõem o segmento há uma oposição.
- (E) “punir” representa o que o autor do texto defende que se faça.

12

Assinale o segmento em que a conjunção “E” tem valor de oposição e não de adição.

- (A) “Construir presídios E dar tratamento digno ao preso não rendem votos”.
- (B) “Daí porque se discute tanto um novo Código Penal, como se fossem frouxas as 117 leis penais especiais E os 1.170 crimes tipificados de que dispomos”.
- (C) “Inclusive trazendo de volta a ideia da maioria penal, que na prática significa transformar menino em delinquente E sujeitá-lo à crueldade das prisões”.
- (D) “O que a juventude precisa é de amparo, de oportunidade, de educação, E não de medidas que visem a puni-la”.
- (E) “Lins era um humanista por excelência E sempre achou equivocada a política...”.

13

“O que a juventude precisa é de amparo, de oportunidade, de educação, e não de medidas que visem a puni-la”.

O pronome “la” substitui, na progressão do texto,

- (A) a juventude.
- (B) o amparo.
- (C) a oportunidade.
- (D) a educação.
- (E) a medida.

14

Assinale a alternativa que apresenta a ideia que **não** está presente no texto lido.

- (A) O Código Penal já lista muitos crimes.
- (B) Os presídios precisam de uma nova política.
- (C) Os menores devem ter sua maioria penal antecipada.
- (D) Os presos padecem sofrimentos injustos.
- (E) A sociedade não se importa com o bem-estar dos presos.

15

Observe a charge a seguir.



Assinale a alternativa que apresenta a observação correta sobre o conteúdo da charge.

- (A) A charge contraria frontalmente a ideia de presídio mostrada no texto.
- (B) A imagem da charge mostra o porquê de o texto defender a mudança da política penitenciária.
- (C) Os guardas da charge mostram a disseminação da violência entre policiais penitenciários.
- (D) A charge elogia a invasão dos presídios pela tecnologia moderna.
- (E) A mensagem da charge demonstra o fruto esperado da ressocialização dos presos.

Noções de Informática

16

No que tange à arquitetura básica dos microcomputadores, uma CPU representa um determinado componente de hardware e executa uma função principal no funcionamento da máquina.

Esse componente e a função principal são, respectivamente,

- (A) scanner e digitalizar dados.
- (B) disco rígido e armazenar dados.
- (C) microprocessador e processar dados.
- (D) plotter e imprimir dados.
- (E) cache e analisar dados.

17

Atualmente os discos rígidos utilizados na configuração de microcomputadores e notebooks, possuem capacidade de armazenamento com valores típicos de 500 GB e 1 TB.

Pela tecnologia empregada, esses discos são referenciados pela sigla

- (A) ASUS.
- (B) SATA.
- (C) HDMI.
- (D) EISA.
- (E) DHCP.

18

No Word 2010 BR para Windows, um atalho de teclado é utilizado para abrir uma janela que possibilita a impressão do documento digitado. Esse atalho de teclado é:

- (A) Ctrl + I
- (B) Alt + I
- (C) Ctrl + M
- (D) Alt + P
- (E) Ctrl + P

19

No Windows Explorer, existem cinco arquivos gravados na pasta C:\TJ_CONTRATOS. Para mover os arquivos gravados para a pasta C:\TJ_BACKUP, deve-se executar os procedimentos a seguir.

- selecionar os arquivos em C:\TJ_CONTRATOS e executar o atalho de teclado AT1.
- Selecionar a pasta C:\TJ_BACKUP e executar o atalho de teclado AT2.

Os atalhos de teclado AT1 e AT2 são, respectivamente,

- (A) Ctrl + M e Ctrl + C.
- (B) Ctrl + X e Ctrl + C.
- (C) Ctrl + E e Ctrl + V.
- (D) Ctrl + X e Ctrl + V.
- (E) Ctrl + M e Ctrl + V.

20

No que diz respeito à definição de margens, o Word 2010 BR para Windows suporta diversos padrões para uso nos documentos editados, sendo um deles ilustrado a seguir.

	Sup.:	2,5 cm	Inf.:	2,5 cm
	Esq.:	3 cm	Dir.:	3 cm

Esse padrão para margens é denominado

- (A) Larga.
- (B) Normal.
- (C) Estreita.
- (D) Moderada.
- (E) Espelhada.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21

A Constituição da República Federativa do Brasil elenca a competência legislativa dos entes da Federação, estabelecendo competências privativas, concorrentes e residuais.

Assinale a alternativa que estabelece *competência legislativa concorrente* entre os entes da Federação.

- (A) Direito Comercial.
- (B) Proteção à Infância e à Juventude.
- (C) Serviço Postal.
- (D) Trânsito e Transporte.
- (E) Nacionalidade.

22

Assinale a alternativa que contenha uma competência exclusiva do Congresso Nacional.

- (A) Convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- (B) Manter relações com Estados Estrangeiros.
- (C) Promulgar as leis federais.
- (D) Resolver definitivamente sobre tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (E) Declarar guerra, após solicitação do Presidente da República.

23

A Constituição da República Federativa do Brasil destina ao Poder Judiciário capítulo próprio, com extensa regulamentação.

A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente pelo voto da unanimidade de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) Apenas a União poderá criar justiça de paz, com competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.
- (C) Os juízes gozam das seguintes garantias: vitaliciedade, inamovibilidade, exercício da atividade político-partidária e irredutibilidade de subsídios.
- (D) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) Compete aos tribunais e ao Presidente da República, de forma concorrente, conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.

24

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que, em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência

- (A) o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República.
- (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.
- (E) o Presidente da Câmara dos Deputados, o Ministro da Justiça e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

25

Acerca dos direitos e garantias individuais e coletivos, previstos no Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e a prática de racismos.
- (B) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (C) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (D) Nenhum brasileiro será extraditado, em caso de crime comum.
- (E) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

26

Quanto aos direitos políticos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Em caso de incapacidade civil absoluta, o indivíduo perderá seus direitos políticos.
- (B) O indivíduo que se negue a cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa poderá ter seus direitos políticos suspensos.
- (C) A lei que alterar o processo eleitoral entra em vigor e passa a produzir efeitos na data de sua publicação, somente não se aplicando às eleições já em curso.
- (D) Ocorrendo cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, o indivíduo perderá seus direitos políticos.
- (E) O indivíduo que incorrer em caso de improbidade administrativa poderá ter seus direitos políticos suspensos.

27

A Constituição da República Federativa do Brasil assegura, em seu artigo 5º, o exercício e a proteção de diversos direitos pelo Estado e, inclusive, garante a gratuidade para o exercício de diversos dos direitos ali previstos.

Desta forma, assinale a alternativa que **não** representa expressa disposição constitucional de ausência de recolhimento de custas, taxas ou emolumentos.

- (A) Ação Popular.
- (B) *Habeas Corpus*.
- (C) *Habeas Data*.
- (D) Direito de Petição.
- (E) Mandado de Segurança.

28

Em relação ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, com base nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- (B) Aos servidores é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição única e exclusiva do ente público e dos servidores ativos.
- (C) Somente será assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários dos servidores inativos quando houver aumento da remuneração ou subsídio dos servidores ativos.
- (D) A aposentadoria do servidor por invalidez permanente se dá com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (E) Aplicar-se-á o regime próprio do servidor público, para todo e qualquer servidor, ainda que ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público.

29

Tendo em vista o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta um caso de atribuição da nacionalidade brasileira.

- (A) Kevin, nascido no Brasil, filho de pais canadenses a serviço do Governo do Canadá.
- (B) Jonas, hoje com 21 anos, residente na cidade de São Paulo, nascido e registrado no Japão, filho de Marcos e Márcia, domiciliados naquele país, onde trabalham em uma empresa multinacional.
- (C) José, português, domiciliado na cidade de Manaus há seis meses.
- (D) Mark, alemão, domiciliado na cidade de Aracajú há 10 anos, e que hoje está em liberdade condicional, após condenação pelo crime de tráfico de drogas.
- (E) Luigi, italiano, residente em Milão, casado com Joana, que lá reside com ele.

30

Em relação ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação ou direção sindical, ainda que como suplente, até um ano após o final do mandato, salvo nos casos de redução justificada do número de empregados.
- (B) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (C) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (D) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.
- (E) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Direito Administrativo

31

A Administração Pública para atender às suas finalidades faz uso de uma série de poderes.

Com relação a esses poderes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os *atos de polícia* gozam da característica da autoexecutoriedade.
- (B) O *poder regulamentar* em regra poderá ser exercido de forma autônoma em relação às leis, prescindindo dessas, pois retira sua validade da própria Constituição.
- (C) O *poder hierárquico* tem como característica a possibilidade de transferir a titularidade da competência para a prática de atos administrativos.
- (D) Os *atos de polícia* não podem sofrer controle judicial no que tange a sua legalidade pois são atos discricionários.
- (E) O *poder hierárquico* e *poder disciplinar* sempre são compreendidos como sinônimos.

32

Por meio de técnicas de organização a Administração Pública realiza a distribuição das atribuições que devem ser exercidas pelas pessoas jurídicas e pelos órgãos que a integram.

Dentre essas técnicas encontram-se a *concentração* e a *centralização*. Assinale a alternativa em que ocorre, respectivamente, cada uma das técnicas mencionadas.

- (A) Delegação de competência de um órgão superior a um inferior. / Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas.
- (B) Avocação de atribuição entre órgãos. / Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas.
- (C) Delegação de atribuição entre pessoas jurídicas. / Delegação de atribuição entre órgãos.
- (D) Avocação de atribuições entre órgãos. / Delegação de atribuição entre órgãos.
- (E) Aglutinação de atribuições entre pessoas jurídicas. / Aglutinação de atribuições entre órgãos.

33

A Constituição Federal possui uma série de exigências a respeito do concurso público.

Caso a Administração Pública realize um concurso e não nomeie todos os aprovados, segundo a CF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Enquanto o concurso estiver dentro do prazo de validade não poderá ser aberto novo concurso, independentemente de haver ou não aprovados no certame anterior.
- (B) Caso haja novo concurso, os aprovados no novo certame não poderão ser convocados enquanto restarem aprovados do concurso anterior, desde que esse ainda esteja dentro do prazo de validade.
- (C) Enquanto restarem aprovados não nomeados, não será possível a abertura de novo concurso, independentemente do prazo de validade do certame.
- (D) Enquanto restarem aprovados não nomeados, não será possível a abertura de novo concurso, desde que o certame anterior esteja no prazo de validade.
- (E) Havendo aprovados no concurso anterior, é vedada a abertura de novo certame, ainda que o anterior já tenha expirado seu prazo de validade.

34

Existe, em Direito, um velho brocardo que diz "*a prova cabe a quem alega*". Essa sentença não é plenamente aplicável à Administração.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A administração não necessita produzir provas sobre seus atos em função da tipicidade dos atos administrativos.
- (B) A supremacia do interesse público implica na presunção de que a Administração atua dentro da legalidade.
- (C) A segurança jurídica impede que a Administração Pública atue em desconformidade com a lei; dessa forma não há a necessidade de provar suas alegações.
- (D) A presunção de legalidade e de veracidade produz a inversão do ônus da prova em relação ao conteúdo dos atos administrativos.
- (E) O princípio da autotutela inverte o ônus da prova.

35

Com relação aos elementos do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A finalidade pode ser considerada sob o ponto de vista mediato ou imediato.
- (B) A incapacidade do sujeito não compromete a validade do ato administrativo.
- (C) A motivação do ato administrativo integra o elemento finalidade.
- (D) O ato administrativo não pode ser criado sem definir sua finalidade.
- (E) O ato administrativo não pode ser criado sem definir sua competência.

36

A prestação de serviços públicos pode ser feita de forma indireta por meio da contratação de particulares.

Com base na Lei n. 8.987/95, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Poder Concedente*: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre.
- II. *Concessão de serviço público*: é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;
- III. *Permissão de serviço público*: é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

37

A Lei n. 8.429/92 contém a disciplina dos atos de improbidade administrativa. Com relação às entidades contra as quais é possível a prática de ato de improbidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato de improbidade apenas poderá ser praticado contra entidades da administração direta ou indireta.
- (B) O ato de improbidade apenas poderá ser praticado contra entidades da administração direta.
- (C) O ato de improbidade pode ser praticado contra fundações públicas de direito privado.
- (D) Os atos de improbidade administrativa, somente poderão ser praticados contra entidades da administração indireta.
- (E) O ato de improbidade não pode ser praticado contra autarquias.

38

João foi atropelado por um ônibus pertencente a uma concessionária de serviço de transporte público.

A partir do caso descrito, sobre a responsabilidade civil da Administração Pública e da concessionária de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Há responsabilidade subjetiva da empresa.
- (B) Há responsabilidade direta e objetiva do poder concedente.
- (C) Há responsabilidade apenas do motorista do veículo e será objetiva.
- (D) Há responsabilidade objetiva da concessionária.
- (E) Há responsabilidade apenas do motorista do veículo e será subjetiva.

39

Leia os fragmentos a seguir.

- I. *Determinado Estado com base em previsão legal destituiu o presidente de determinada empresa pública.*
- II. *O governador do mesmo Estado delegou várias atribuições a um secretário de estado.*

Com base nesses fragmentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as ações necessitariam de previsão legal.
- (B) Em ambos os casos as ações se basearam na tutela.
- (C) No primeiro caso a ação se baseou na hierarquia e, no segundo, na tutela.
- (D) Em ambos os casos as ações se basearam na hierarquia.
- (E) No primeiro caso a ação se baseou na tutela e, no segundo caso, na hierarquia.

40

Dentre os vários instrumentos de controle sobre a Administração Pública encontra-se a *ação civil pública*.

Com relação a essa ação assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente o Ministério Público é legitimado para a interposição da ação civil pública.
- (B) Qualquer cidadão poderá interpor a ação civil pública.
- (C) A empresa pública possui legitimidade para interpor a ação civil pública.
- (D) O município não possui legitimidade para interpor a ação civil pública.
- (E) As autarquias não possuem legitimidade para interpor a ação civil pública, por expressa vedação da Lei n. 7.347/85.

Direito Civil e Processual Civil

41

A respeito dos *métodos de integração das normas*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A LINDB (LICC) estabelece uma ordem preferencial e taxativa de métodos de integração das normas.
- II. O costume *contra legem* é admitido no direito brasileiro.
- III. Apenas a analogia legal poderá ser utilizada como método de integração, não se admitindo o uso da analogia jurídica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

42

José constituiu uma fundação, por escritura pública, realizando a dotação de determinados bens livres e especificando que a fundação se destinaria a atividades religiosas.

Considerando a disciplina jurídica das fundações e o contexto fático descrito acima, analise as afirmativas a seguir.

- I. As fundações são sempre de natureza pública e seguem as regras das autarquias.
- II. O registro civil da fundação tem natureza constitutiva.
- III. O fim escolhido por José somente é permitido para constituição de uma associação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

43

Jonatas reside em Salvador. Para se preparar para um concurso público, ele passou a residir na cidade de São Paulo, junto com seu pai. Ele fez a própria mudança de carro com o pai, parando na cidade de Vitória para pernoitar em um hotel na estrada.

Ao chegar a São Paulo, se dedicava, durante a semana, aos estudos e frequentava nos finais de semana, de vez em quando, as praias do Guarujá, pernoitando por lá.

Aos dezoito anos é aprovado em concurso público para a prefeitura de Santos.

Considerando o contexto fático descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Jonatas, após a aprovação no concurso público, deve ser considerado domiciliado na cidade de Santos.
- (B) Jonatas tem pluralidade de domicílios, devendo ser considerado domiciliado em Salvador, São Paulo, Santos e Guarujá.
- (C) Jonatas esteve domiciliado na cidade de Vitória durante o período em que lá permaneceu.
- (D) Jonatas está domiciliado na cidade de São Paulo.
- (E) Jonatas não tem domicílio certo.

44

Maria, necessitando transportar uma substância ilícita para Manaus, contrata Pedro, piloto de um avião de pequeno porte. A substância ilícita estava escondida em um fundo falso na mala de Maria. Pedro desconhecia a presença desse material durante o voo. Ao chegarem a Manaus, foram surpreendidos pela polícia que identificou a substância ilícita nos pertences de Maria.

Considerando o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de transporte é nulo, pois o objeto era ilícito.
- (B) O contrato de transporte é anulável, pois o motivo era ilícito apenas para Maria.
- (C) O contrato de transporte é anulável, por falso motivo.
- (D) O contrato de transporte é nulo, pois objetiva fraudar lei imperativa.
- (E) O contrato de transporte é válido, pois o motivo ilícito não era comum a ambas as partes.

45

Cláudio e Cristina celebram um negócio jurídico que aparenta conferir direitos à Maria, quando, na verdade e com anuência de Maria, Pedro é que será beneficiado realmente pelo negócio jurídico celebrado.

Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de lesão, pois Maria foi prejudicada em razão do negócio jurídico celebrado.
- (B) Trata-se de simulação e independe de ação judicial para ser reconhecida.
- (C) Trata-se de erro, pois Cláudio e Cristina indicaram, de forma equivocada, o beneficiado pelo negócio jurídico.
- (D) Trata-se de dolo, pois Cláudio e Cristina tiveram a intenção de prejudicar Maria.
- (E) Trata-se de fraude contra credores e admite confirmação pelas partes.

46

Pedro cometeu um ilícito penal que ainda está sendo objeto de processo criminal. Maria, vítima desse ilícito penal, decide ingressar com uma ação indenizatória no Juízo Cível em face de Pedro.

Considerando o caso descrito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A jurisdição cível e a criminal não se intercomunicam.
- II. Somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória, é que correrá a prescrição para ajuizamento da ação indenizatória.
- III. Em razão de expressa previsão legal, a jurisdição criminal repercute de modo absoluto na cível quando reconhece o fato ou a autoria.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

47

José, Maria, Pedro e Caio, por seu advogado Paulo, ingressaram com determinada ação judicial de conhecimento em face da Empresa J, buscando o reconhecimento de relação jurídica e a condenação da Empresa J a devolver verba paga pelos autores.

Tratava-se de matéria unicamente de direito e o juiz decidiu casos idênticos que resultaram na total improcedência do pedido.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz, antes da citação da ré, poderá prolatar a sentença de mérito, podendo os autores interpor recurso de apelação, caso em que será vedado ao juiz não manter a própria decisão.
- (B) Se o juiz sentenciar antes mesmo de citada a empresa ré, os litisconsortes terão prazo em dobro para recorrer da decisão por meio de agravo.
- (C) Se o juiz sentenciar antes da citação da ré, caberá a interposição de agravo interposto por instrumento por se tratar de decisão suscetível de causa à parte lesão grave.
- (D) O juiz poderá sentenciar favorecendo integralmente a ré, mas somente depois da sua regular citação, ato que formaliza o ingresso da parte demandada na relação processual e válida o processo.
- (E) O juiz dispensa a citação da ré e profere a sentença reproduzindo o teor da anteriormente prolatada, estando a decisão sujeita ao recurso de apelação.

48

Assinale a afirmativa que **não** é excludente do nexa causal.

- (A) A culpa exclusiva da vítima
- (B) A menoridade do autor do dano
- (C) A culpa de terceiro
- (D) Por caso fortuito
- (E) Por força maior

49

A respeito da coisa julgada no Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Extingue-se o processo com resolução do mérito quando o juiz acolher alegação de coisa julgada.
- (B) Verificando-se a reprodução de ação anteriormente ajuizada, o réu deverá alegar a coisa julgada do mérito na contestação.
- (C) A resolução de questão prejudicial não faz, em qualquer hipótese, coisa julgada, assim como não faz a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
- (D) Faz coisa julgada em relação a terceiros a sentença prolatada nas causas relativas ao estado de pessoa se todos os interessados tiverem sido citados no processo em litisconsórcio necessário.
- (E) A sentença de mérito transitada em julgado não poderá ser rescindida por ofensa à coisa julgada uma vez que competia ao réu alegá-la em preliminar de contestação.

50

João, citado em nome próprio em determinada ação, alega ser possuidor direto da coisa demandada, que é objeto de obrigação pignoratória.

Nesse caso, é cabível a intervenção de terceiros nos termos da qual é correto afirmar que

- (A) João deverá denunciar a lide ao proprietário e, ordenada a citação do denunciado, suspende-se o processo.
- (B) trata-se de hipótese de chamamento ao processo que possui caráter obrigatório.
- (C) na hipótese, é cabível a oposição, oferecida obrigatoriamente no prazo de resposta do réu.
- (D) a qualquer tempo, desde que antes da Audiência de Instrução e Julgamento, João poderá nomear a autoria ao proprietário.
- (E) João poderá denunciar a lide ao proprietário, mesmo depois de transcorrido o prazo de resposta do réu.

51

À luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os oficiais de justiça são responsáveis civilmente quando praticarem atos nulos somente com dolo.
- (B) O oficial de justiça que estiver servindo como perito no processo não poderá ser intérprete.
- (C) O escrivão deverá dar, desde que precedido de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo.
- (D) O escrivão e o oficial de justiça são auxiliares do juízo e não podem ser constituídos como perito e intérprete.
- (E) O perito que prestar informações inverídicas responderá pelo prejuízo causado às partes e, somente em caso de dolo, ficará inabilitado de funcionar em outras perícias por três anos.

52

Analise a decisão que trata da situação verídica na qual a parte, sem representante processual, assinou a contestação.

“O Magistrado sentenciante decretou a revelia do Apelante em razão de não ter constituído procurador nos autos e condenou-o ao pagamento, a título de danos morais, no valor de 30 (trinta) salários mínimos (...) recorrente não trouxe nenhuma justificativa da falta de representação por advogado, fazendo-o tão somente em sede de Apelação quando junta declarações de pessoas moradoras daquele município, significando preclusão no seu direito, porque não o fez oportunamente”.

Partindo da temática em foco, assinale a afirmativa correta.

- (A) À parte é lícito postular em causa própria quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, caso falte advogado no lugar.
- (B) A nulidade de ato é sempre matéria de ordem pública mesmo nos casos em que o juiz não deva agir de ofício e, portanto, não se sujeita aos efeitos da preclusão.
- (C) O advogado poderá procurar em juízo sem mandato se a parte representada assinar a petição inicial conjuntamente, constituindo tacitamente o patrono.
- (D) Em caso de revelia, ao autor é lícito demandar declaração incidente no mesmo processo, que absorverá os efeitos da revelia, dispensando-se nova citação do réu.
- (E) É lícita a alteração do pedido mesmo depois de saneado o processo, desde que o revel seja novamente citado.

53

Leia o fragmento a seguir.

O Código de Processo Civil estabelece que a jurisdição deve ser exercida pelos juizes em todo território nacional e que a tutela jurisdicional será prestada quando a parte ou interessado a requerer, o que se convencionou chamar de princípio _____. As condições da ação são elementos indispensáveis para que o Estado preste jurisdição e são elas a legitimidade, possibilidade jurídica do pedido e _____ que pode se limitar à declaração de inexistência de relação jurídica. Por fim, ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado por lei, tal como ocorre na _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) do impulso oficial – interesse – legitimidade ordinária
- (B) do processo legal – citação válida – representação processual
- (C) da inércia da jurisdição – competência – representação processual.
- (D) do processo legal – capacidade postulatória – legitimidade extraordinária
- (E) da inércia da jurisdição – interesse – legitimidade extraordinária

54

Ao ser citado em determinado processo movido por Josefa, Maria observou que a medida não atentou para o foro de eleição estipulado em contrato.

Nesse caso, Maria, que pretende levar isso a conhecimento do juízo, deverá se valer da via processual de

- (A) preliminar de contestação.
- (B) ação declaratória incidental.
- (C) impugnação.
- (D) exceção de incompetência do juízo.
- (E) reconvenção.

55

“Vê-se, assim, que no caso concreto, por tratar-se de uma rescisão de contrato de iniciativa do promitente comprador, por lhe faltar competência financeira para arcar com as prestações a que estava obrigado a pagar, o promitente vendedor poderá ter direito a reter um percentual sobre o total das parcelas pagas. Por isso, justamente para assegurar o contraditório, é que não é recomendável a concessão de tutela antecipada, quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.”

Visto o teor da decisão prolatada em segunda instância pelo TJAM e, considerando a antecipação de tutela no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Havendo cumulação de pedidos, quando um ou mais deles ou parcela deles se mostrar incontroversa, poderá ser concedida a tutela antecipada.
- II. Quando o autor pretender medida de natureza cautelar, mas requerê-lo por meio de antecipação de tutela, o juiz deverá indeferir o pedido e determinar que seja formulado por meio de processo autônomo.
- III. Fica impedido de exercer suas funções no processo o julgador que conheceu o processo em primeiro grau de jurisdição, decidindo acerca da concessão ou não da tutela antecipada.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Penal e Processual Penal

56

O princípio da imparcialidade impõe sobre o Estado-juiz a exigência de uma prestação jurisdicional imparcial, podendo ser considerado um dos pilares do sistema acusatório.

Para garantir o respeito ao princípio, o Código de Processo Penal prevê as situações de suspeição do juiz, relacionadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- (B) Se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- (C) Se tiver aconselhado qualquer das partes.
- (D) Se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- (E) Se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

57

O funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal pratica o crime de

- (A) corrupção ativa.
- (B) prevaricação.
- (C) corrupção passiva.
- (D) condescendência criminoso.
- (E) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

58

A doutrina afirma que os sujeitos processuais são todas as pessoas que atuam no processo: juiz, partes, auxiliares da Justiça, testemunhas, dentre outros.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz dar-se-á por suspeito se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- (B) O impedimento ou suspeição decorrente da relação de parentesco por afinidade, como regra geral, não cessa pela dissolução do casamento, independente da existência de descendentes.
- (C) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- (D) O acusado não poderá ser julgado ou processado sem um defensor, salvo se foragido ou ausente.
- (E) As prescrições sobre suspeição do juiz, naquilo que for compatível, se aplicam aos serventuários e funcionários da Justiça.

59

As condições da ação são os requisitos necessários para o regular exercício do direito de ação.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A legitimidade das partes, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir são condições da ação no âmbito do Processo Penal.
- (B) Apesar da controvérsia sobre a natureza jurídica da justa causa, com alguns a incluindo dentre as condições da ação, a jurisprudência tradicionalmente a conceitua como lastro probatório mínimo para o regular exercício do direito de ação.
- (C) Além das condições gerais existem as condições especiais da ação que apenas incidiriam em certas espécies de ação penal, como a representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça.
- (D) O ofendido em nenhuma hipótese será parte legítima para dar início à persecução penal de uma ação penal originalmente pública.
- (E) As condições de prosseguibilidade não se confundem com as condições de procedibilidade, pois as primeiras são relevantes para a continuidade da ação já deflagrada.

60

Sobre a *extinção da punibilidade*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É majoritário nos Tribunais Superiores o entendimento de que a extinção da punibilidade em face da morte do agente, quando baseada em certidão de óbito falsa, poderá ser superada com a propositura de nova ação penal.
- (B) Desde a reforma do Código de Processo Penal trazida pela Lei n. 11.719 que o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo juiz após a resposta à acusação leva à absolvição imprópria do acusado.
- (C) O juiz não poderá declarar a extinção da punibilidade de ofício.
- (D) O momento correto para o juiz declarar extinta a punibilidade do agente é após a resposta à acusação. Após esse momento, apenas poderá haver o reconhecimento da extinção na sentença.
- (E) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão do ofendido, aceito ou não, nos crimes de ação penal privada.

61

Sobre a *citação* no Processo Penal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A citação inicial far-se-á por mandado quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- (B) Se o réu não for encontrado, será citado por edital com o prazo de 15 dias.
- (C) É admissível, no Processo Penal, a citação com hora certa.
- (D) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- (E) Se o acusado citado por edital não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, devendo o juiz por tal motivo decretar sua prisão preventiva.

62

Nos crimes de responsabilidade do funcionário público, a lei processual penal prevê procedimento especial.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O procedimento especial somente se aplica aos delitos cometidos por funcionário público no exercício da sua função.
- (B) A necessidade da notificação do acusado para oferecer resposta prévia se estende ao coautor ou partícipe, ainda que este não seja funcionário público, que, assim, também terá direito a ser previamente ouvido.
- (C) O prazo para responder por escrito à acusação é de 15 dias.
- (D) A denúncia pode ser oferecida independentemente do inquérito policial, apesar de ser indispensável a presença da justa causa.
- (E) A resposta preliminar ocorre antes do recebimento da denúncia, diferentemente do que ocorre no procedimento ordinário.

63

De acordo com o Código Penal, diz-se crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Será tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

A esse respeito, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Crime falho é aquele em que o agente esgota, segundo seu entendimento, todos os meios que tinha ao seu alcance a fim de alcançar a consumação da infração penal, que somente não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.
- () Tentativa incruenta ocorre quando não obstante tenha o agente se utilizado dos meios que tinha ao seu alcance, não consegue atingir a pessoa ou coisa sobre a qual deveria recair sua conduta.
- () Tentativa inidônea é aquela em que por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e V.

64

Sobre a *contravenção penal*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Em geral, a contravenção penal é espécie de infração penal menos grave do que o crime, sendo, por isso, chamada pela doutrina de crime-anão.
- (B) Assim como o Código Penal, a Lei de Contravenções Penais (DL n. 3.688) prevê hipóteses de extraterritorialidade em que a lei brasileira será aplicável à contravenção praticada fora do território nacional.
- (C) Como regra geral, o sujeito que pratica contravenção penal depois de transitado em julgado a sentença que o tenha condenado por crime no Brasil ou no exterior ou, no Brasil, por contravenção, é reincidente.
- (D) Não é punível a tentativa de contravenção.
- (E) Para a contravenção penal, nos termos da lei especial, as penas principais são multa e prisão simples.

65

João passeava com seu filho de 3 anos em um bosque ermo quando um cão feroz, sem coleira e desacompanhado, tentou atacar a criança. Encontrando um tronco de madeira no chão, pegou o objeto e deu uma paulada no animal, que fugiu machucado. Diante da situação hipotética, João foi denunciado.

Nesse caso, de acordo com o entendimento majoritário nos Tribunais pátrios,

- (A) João praticou o crime do Art. 32 da Lei n. 9.605 (Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.) e, por isso, deve ser condenado.
- (B) João atuou em legítima defesa, devendo ser absolvido.
- (C) João não poderá ter reconhecida a legítima defesa pelo fato de que esta causa de exclusão da ilicitude não pode ser aplicada quando a injusta agressão for praticada em face de terceiro.
- (D) João atuou em estado de necessidade, devendo ser absolvido.
- (E) João não poderá ter reconhecido o estado de necessidade, pois como pai ele tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

66

Sobre as *causas de exclusão da culpabilidade*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O exercício regular do direito e a obediência hierárquica são causas que excluem a culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.
- (B) A ação em coação física irresistível, apesar de configurar fato típico e ilícito, afasta a culpabilidade do agente em face da inexigibilidade de conduta diversa.
- (C) A embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos isenta o réu de pena.
- (D) O agente que em razão de perturbação mental não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, é isento de pena.
- (E) A obediência hierárquica faz com que apenas o autor da ordem seja punido, desde que a ordem seja proferida por superior hierárquico, que não seja manifestamente ilegal e que o cumpridor se atenha aos limites da ordem.

67

Os elementos listados a seguir devem estar presentes necessariamente em qualquer espécie de crime culposo, **à exceção de um. Assinale-o.**

- (A) Inobservância do dever objetivo de cuidado.
- (B) Previsão pelo agente.
- (C) Tipicidade.
- (D) Resultado lesivo.
- (E) Previsibilidade.

68

A Lei n. 10.028/00 incluiu no Título XI do Código Penal, o Capítulo IV – *Dos crimes contra as finanças públicas*.

Sobre esses crimes, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Lei n. 10.028 não poderá retroagir para alcançar fatos praticados antes de sua entrada em vigor, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- (B) A Lei n. 10.028 é pluriofensiva, tendo em vista que são inúmeros os bens jurídicos protegidos, como as finanças públicas, probidade administrativa e gestão fiscal responsável.
- (C) O crime de ordenação de despesa não autorizada pode ser praticado na modalidade dolosa ou culposa.
- (D) Tipifica crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou legislatura.
- (E) O crime de contratação de operação de crédito – “*Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa*” – pode ser classificado como crime próprio.

69

Acerca do *dolo*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O dolo direto de 1º grau também é chamado de dolo de consequência necessária.
- (B) O dolo eventual é abstratamente punido de forma mais branda do que o dolo direto.
- (C) Não há qualquer diferença entre dolo eventual e dolo de consequência necessária.
- (D) O dolo, segundo uma visão finalista, faz parte do tipo, enquanto na concepção causalista integra a culpabilidade.
- (E) O dolo geral ocorre quando o agente, acreditando já ter consumado o crime desejado, pratica nova conduta e só nesse momento acaba consumando a infração, devendo, neste caso, responder por um crime tentado e outro consumado, eis que duas foram as condutas praticadas.

70

A principal consequência do trânsito em julgado da sentença condenatória é fazer com que o condenado cumpra a pena determinada, geralmente privativa de liberdade, restritiva de direito ou de multa. Contudo, existem outros efeitos da condenação previstos na legislação penal.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. É efeito genérico de a condenação tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- II. Um dos efeitos específicos da condenação é a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, desde que a pena privativa de liberdade aplicada seja superior a 2 anos, qualquer que seja o crime praticado pelo funcionário público.
- III. Os efeitos de perda em favor da União dos instrumentos do crime e da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, nas hipóteses previstas em lei, serão automáticos e independem de previsão na sentença condenatória.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Legislação do Estado do Amazonas

71

Os Magistrados estão sujeitos ao Poder Disciplinar, podendo sofrer sanções em razão de infrações cometidas em suas funções. Nas assertivas abaixo, figuram sanções previstas na Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas (Lei Complementar n. 17/1997).

Assinale a alternativa que apresenta a sanção aplicável a Juízes da Primeira Instância.

- (A) Advertência.
- (B) Remoção compulsória.
- (C) Disponibilidade com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (D) Aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (E) Demissão.

72

Acerca da competência jurisdicional do Tribunal Pleno, analise as afirmativas a seguir.

- I. Esse colegiado é competente para processar e julgar as representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face da Constituição Estadual.
- II. Esse colegiado é competente para processar e julgar os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior.
- III. Esse colegiado é competente para processar e julgar as ações rescisórias de seus julgados.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

73

A Lei n. 1.762/1986 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas – prevê diversas espécies de licença que podem ser concedidas aos servidores.

Os itens a seguir apresentam espécies de licença que constam expressamente da referida lei, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Licença para tratamento de interesse particular.
- (B) Licença para cumprimento de pena criminal superior a quatro anos.
- (C) Licença para tratamento de saúde.
- (D) Licença à gestante.
- (E) Licença por motivo de doença em pessoa da família.

74

A divisão judiciária compreende a criação, alteração e a extinção de unidades judiciárias, sua classificação e agrupamento, e, para fins de administração do Poder Judiciário, o território do Estado do Amazonas tem como unidades judiciárias:

- I. Distritos.
- II. Termos Judiciários.
- III. Fóruns Regionais.
- IV. Comarcas.
- V. Seções Judiciárias.

Assinale:

- (A) os Distritos, os Termos Judiciários e as Comarcas.
- (B) os Fóruns Regionais, os Distritos e as Comarcas.
- (C) os Distritos, as Seções Judiciárias e os Termos Judiciários.
- (D) os Fóruns Regionais, as Seções Judiciárias e as Comarcas.
- (E) as Comarcas, os Fóruns Regionais e os Termos Judiciários.

75

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, segundo a LC n. 17/97, tem como órgãos julgadores

- (A) o Tribunal Pleno e as Câmaras Reunidas.
- (B) as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais e o Conselho da Magistratura.
- (C) as Câmaras Reunidas, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais e o Conselho da Magistratura.
- (D) o Tribunal Pleno, as Câmaras Reunidas e o Conselho da Magistratura.
- (E) o Tribunal Pleno, as Câmaras Reunidas, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais e o Conselho da Magistratura.

76

Sobre o Poder Disciplinar atinente aos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, tem-se na penalidade de demissão uma das mais gravosas penas aplicáveis ao servidor que infrinja os deveres funcionais.

Por isso, as hipóteses de aplicação da pena de demissão são restritas a infrações severas, dentre as quais se podem apontar os seguintes casos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Acumulação proibida de cargo público, mesmo que de boa-fé.
- (B) Crime contra a Administração Pública, assim definido na Lei Penal.
- (C) Abandono de cargo.
- (D) Inassiduidade habitual.
- (E) Insubordinação grave em serviço.

77

O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas estabelece que podem ser concedidas ao funcionário, na forma regulamentar, as seguintes gratificações:

- I. De produtividade.
- II. De representação.
- III. Por tempo de serviço.
- IV. Pela participação como membro ou auxiliar de comissão examinadora de concurso.
- V. Pela prestação de serviço em regime de tempo integral ou tempo integral com dedicação exclusiva.

Assinale a alternativa que aponta as gratificações que **não** são cumuláveis entre si.

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) III e V.
- (D) I e V.
- (E) II e IV.

78

O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas prevê uma licença especial de três meses, à qual o funcionário fará *jus* a cada quinquênio de efetivo exercício de suas funções. Não se concederá licença especial quando, no quinquênio correspondente, o servidor houver gozado licença

- (A) para tratamento de saúde, por prazo superior a noventa dias, consecutivos ou não.
- (B) para tratamento de saúde em pessoa da família, por prazo superior a sessenta dias, consecutivos ou não.
- (C) para tratamento de interesses particulares.
- (D) por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar, por prazo superior a trinta dias, consecutivos ou não.
- (E) para serviço militar obrigatório.

79

A Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas dispõe que os Membros do Tribunal de Justiça, excluídos o Presidente e o Corregedor Geral de Justiça, serão distribuídos em 5 (cinco) Câmaras Isoladas, com 3 (três) Membros cada, à exceção da 1ª e 2ª Câmaras Cíveis, que serão integradas por 4 (quatro) Desembargadores.

As assertivas a seguir expressam competências das Câmaras, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Executar, por seu Presidente, as decisões em causa de sua competência originária.
- (B) Comunicar à autoridade judiciária competente, para fins de apuração de responsabilidade, as faltas cometidas por Juízes, Serventuários e Funcionários da Justiça.
- (C) Representar ao Procurador Geral da República quando, em autos ou documentos em autos de que conhecer, houver indícios de crime de ação pública, determinando a prisão preventiva dos envolvidos.
- (D) Mandar riscar as expressões ofensivas ou desrespeitosas encontradas nos autos sujeitos ao seu julgamento.
- (E) Resolver as dúvidas suscitadas por seu Presidente, por qualquer de seus Membros ou pelo Órgão do Ministério Público, relativamente à ordem dos trabalhos.

80

As Comarcas Judiciárias do Estado do Amazonas são classificadas em duas entrâncias, denominadas:

- (A) Entrância Comum e Entrância Especial.
- (B) Primeira Entrância e Segunda Entrância.
- (C) Entrância Inicial e Entrância Final.
- (D) Entrância Inicial e Entrância Especial.
- (E) Entrância Comum e Entrância Final.

Realização

